

Os 60 anos da Declaração *Nostra Aetate*: fundamentos e caminhos*

The 60th anniversary of the Declaration *Nostra Aetate*: foundations and paths

José Antônio BOARETO, possui bacharelado em Filosofia e Teologia pela PUC-Campinas, mestrado e doutorado em Ciências da Religião pela PUC-SP, pós-doutorado em Teologia pela Universidade Católica Portuguesa. Docente da PUC-Campinas; docente extensionista e membro do Observatório Puc-Campinas; Pesquisador colaborador do Centro de Investigação em Teologia e Estudos de Religião, da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa); Membro do grupo do GREDIRE (Grupo de Reflexão para o Ecumenismo e Diálogo inter-religioso da CNBB).**

Resumo

A declaração "Nostra Aetate" sobre a relação da Igreja Católica e as religiões não-cristãs comemora 60 anos. Apresentar os seus aspectos histórico-teológicos, teológico-pastorais e aspectos práticos de inserção social são fundamentais para compreender os desafios que se colocam ao diálogo inter-religioso ao propor uma aproximação maior em conhecer o universo religioso de cada religião e trabalhar juntos pelo bem comum. As atividades realizadas pela Dimensão para o Ecumenismo e Diálogo inter-religioso da Diocese de Bragança Paulista, como também junto ao Grupo Inter-religioso de Bragança Paulista, têm demonstrado que se faz necessário aprofundar uma espiritualidade sensível-libertadora que favoreça uma compreensão sobre a necessidade de articular as iniciativas a partir de uma consciência do valor da dignidade humana e do bem comum, do direito humano à liberdade religiosa, mas considerando o combate contra a intolerância religiosa, reconhecer o necessário acento a ser feito a discussão em torno do racismo religioso, pois o preconceito e a discriminação às religiões de matriz africana, em nosso contexto brasileiro, reforça a desigualdade social que antes é racial.

Palavras-chave: Catolicismo. Diálogo inter-religioso. Espiritualidade. Intolerância religiosa. Racismo religioso.

Abstract

The declaration "Nostra Aetate" on the relationship between the Catholic Church and non-Christian religions commemorates 60 years. Presenting its historical-theological, theological-pastoral, and practical aspects of social insertion are fundamental to understanding the challenges that arise in inter-religious dialogue when proposing a greater approach to understanding the religious universe of each religion and working together for the common good. The activities carried out by the Ecumenism and Inter-religious Dialogue Dimension of the Diocese of Bragança Paulista, as well as the Inter-religious Group of Bragança Paulista, have shown that it is necessary to deepen a sensitive-liberating spirituality that favors an understanding of the need to articulate initiatives based on an awareness of the value of

* O presente artigo resulta da Conferência apresentada em 14 de outubro de 2025, durante o Ato Acadêmico em celebração ao 60º aniversário da Declaração *Nostra Aetate*, realizado na Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção (PUC-SP), localizada na Av. Nazaré, 993, Ipiranga, São Paulo.

** E-mail: joseboareto@puc-campinas.edu.br

human dignity and the common good, of the human right to religious freedom, but considering the fight against religious intolerance, recognizing the necessary emphasis to be placed on the discussion around religious racism, since prejudice and discrimination against religions of African origin, in our Brazilian context, reinforces social inequality that is previously racial

Keywords: Catholicism. Inter-religious dialogue. Spirituality. Religious intolerance. Religious racism.

Introdução

Na intenção de oferecer uma leitura que possibilite refletir acerca dos fundamentos e caminhos da Declaração conciliar *Nostra Aetate* que faz 60 anos, propomos apresentar tais perspectivas, a partir de alguns aspectos, a saber: 1) o aspecto histórico-teológico; 2) o aspecto teológico-pastoral e 3) aspectos práticos de ações inter-religiosas.

Entendemos que os fundamentos ajudam-nos a compreender o significado profundo do *aggiornamento* realizado pela Igreja Católica através do Concílio Vaticano II em nosso tempo por meio do diálogo assumido como “espírito conciliar” na relação com o mundo, em particular, com as outras igrejas cristãs e as religiões não-cristãs.

Compreendemos ainda que não podemos desconsiderar uma leitura dos aspectos práticos de ações inter-religiosas, sobretudo em nosso contexto latino-americano e brasileiro, sem considerar a importância que os movimentos ecumênicos e inter-religiosos têm para a consolidação de inúmeras experiências e o fortalecimento de redes sociais de apoio solidário a tantas iniciativas que favorecem o desenvolvimento humano integral, o bem comum, no que tange ao exercício de garante de direitos humanos fundamentais, entre eles, o da liberdade religiosa e de crença.

Olhando para a experiência do grupo inter-religioso de Bragança Paulista, propomos apresentar alguns aspectos práticos de ações inter-religiosas que vêm sendo desenvolvidas no espaço geográfico que comporta o território da Diocese de Bragança Paulista. Com o intuito apenas de partilhar experiências, pretendemos apenas informar algumas iniciativas que estão sendo realizadas e que nasceram da convivência inter-religiosa enquanto buscamos promover entre nós uma cultura de paz.

O aspecto histórico-teológico

A Declaração “*Nostra Aetate*” foi promulgada no dia 28 de outubro de 1965. Ela expressa o *aggiornamento* da Igreja “*nostra aetate*”. A inclusão do diálogo entre a Igreja e as

demais religiões na pauta do Concílio Vaticano II teve como motivador São João XXIII. Quando era arcebispo, Dom Roncalli, havia agido para proteger as vítimas de perseguição. Em 13 de junho de 1960, ele se reuniu com Jules Isaac (1877-1963), historiador judeu-cristão, e entregou um memorando que apelava à Igreja para que reconhecesse a influência da teologia cristã sobre o antissemitismo. O Papa encarregou o Cardeal Augustin Bea (1881-1968) da supervisão de uma escrita atual sobre o assunto (GRÜMME, 2013).

É criado o Secretariado para a Promoção da Unidade dos Cristãos na etapa preparatória do Concílio com a missão de contatar outras igrejas cristãs e convidá-las como observadores do Concílio. Em outubro de 1962, esse secretariado é elevado pelo Papa ao status de Comissão Conciliar, assumindo o papel de redigir ou participar da redação de quatro textos, dos quais, a *Nostra Aetate* (GRÜMME, 2013).

Os textos conciliares são o resultado de um elaborado processo de interlocução, argumentação e debates, que começa com a elaboração de “esquemas” apresentados como “relatórios”. E também devido às posições dos participantes. Em fevereiro de 1961 foi levado à assembleia do secretariado geral o esquema “*Quaestiones de Iudaeis*” (Perguntas sobre os judeus). O documento foi construído considerando a identificação dos problemas teológicos principais, resumidos em esboços específicos, relativamente curtos, que estimulavam reflexões sistemáticas sobre os princípios dogmáticos e as implicações morais e litúrgicas. Os participantes pediram um estudo adicional de alguns temas abordados, e o processo seguiu entre idas e vindas naquele ano. (GRÜMME, 2013).

Em paralelo, na época, porta-vozes do secretariado contataram discretamente judeus para opinar sobre a redação. Foram contatados membros do Comitê Judaico Americano, do Congresso Judaico Mundial, presidido por Nahum Goldmann (1895-1982) e o Bnai Brit Internacional, por meio de Labele A. Katz (1918-1975). E ainda cientistas da religião. No final de 1961, ajustado, o documento recebeu o nome final de “*Decretum de iudaeis*” (Decreto sobre os judeus) e foi aprovado pela assembleia geral do secretariado. Na versão final do texto já estavam as quatro afirmações que, mais tarde, seriam cruciais nas discussões conciliares (GRÜMME, 2013).

Quatro princípios:

- 1) Reconhecimento das raízes da Igreja no Judaísmo: “A Igreja é a nova criação em Cristo”, é a continuação espiritual do povo com quem, na misericórdia e condescendência da graça, Deus fez a Antiga Aliança”;

- 2) Rejeição a ideia de que o povo de Israel teria sido “banido por Deus” por sua “responsabilidade coletiva” na morte de Jesus. Seria “injusto” chamar este povo de “amaldiçoado”, posto que é muito amado por Deus conforme as promessas feitas a ele;
- 3) A esperança de reconciliação na visão de uma futura união da Igreja com o povo judeu; e,
- 4) Condenação ao antissemitismo, rejeitado, com as seguintes palavras: “Bem como a Igreja, semelhante de uma mãe, condena mais severamente injustiças cometidas contra pessoas inocentes em todos os lugares, ela levanta sua voz em protesto clamoroso contra todas as injustiças cometidas contra os judeus, seja no passado ou no nosso tempo. Quem despreza ou persegue este povo prejudica a Igreja Católica” (GRÜMME, 2013).

Em maio de 1962, o Decreto dos Judeus é apresentado à instância superior e foi negada pelo presidente da comissão central, Amleto Giovanni Cicognani (1883-1973). Especulou-se que haviam turbulências políticas do chamado caso "Wardi", pois, Chaim Wardi, havia sido escolhido como funcionário do ministério para questões religiosas do Estado de Israel. Algumas organizações judaicas e alguns governos árabes suspeitaram de uma posição pró-Israel por parte do Concílio (GRÜMME, 2013).

Augustin Bea produz um artigo sobre a questão do "assassinato de Cristo pelos judeus" - negando a responsabilidade do povo judeu na morte de Jesus, refutando a ideia de condenação coletiva e João XXIII ao receber o relatório, divulga uma carta aberta aos padres conciliares recomendando a inclusão da reconciliação com os judeus. Em setembro de 1963, São Paulo VI, segue o direcionamento de João XXIII. e acrescenta mais um argumento na construção da ponte entre a Igreja e as religiões não-cristãs. Interessante reconhecer que ela afirma "E a Igreja olha", e "vê essas outras religiões"; e ainda diz: "para lhes recordar por tudo o que têm de verdadeiro, e de bom e de humano. ela tem o merecido apreço". Com estas palavras ele demonstrava que a questão inter-religiosa ia além da relação Igreja e Judaísmo. (GRÜMME, 2013).

As questões políticas e doutrinárias atravessam a segunda sessão do Concílio. São Paulo VI reconhece que o Oriente Médio vivia um período histórico crítico. Antes de iniciar a III Sessão do Concílio, viaja a Terra Santa e não se pronuncia sobre o Estado de Israel, nem mesmo faz menção alguma a Pio XII, mas dialoga com judeus e árabes. Na Basílica da Natividade fala em "religiões monoteístas" abarcando as três religiões do Livro. Depois, por ocasião da Páscoa de 1964, referiu-se à existência de "um raio de sol" em todas as religiões, que embora superado

pelo brilho da sabedoria cristã, deveria ser reconhecido pelos católicos como valiosos (GRÜMME, 2013).

Em 1964 cria o Secretariado para os Não-cristãos, presidido pelo Cardeal Paolo Marella (1895-1984). Em 06 de agosto de 1964 com sua encíclica "*Ecclesiam Suam*" usou a metáfora de três círculos concêntricos que se relacionam em diferentes graus de proximidade com a Igreja Católica, situada no centro da imagem (1. Humanidade, Mundo; 2; Religiões: "crentes em Deus" e 3. Cristãos de outras igrejas cristãs: "irmãos separados"). No contexto destes acontecimentos, a postura de Paulo VI era de respeito e coragem. O Papa foi procurado pelo presidente egípcio Gamal Abdel Nasser (1918-1970) que fez ameaças sobre riscos aos católicos caso houvesse um documento em favor do Judaísmo. (GRÜMME, 2013).

O esquema chamado de "*De catholicurum habitudine ad non christianos et maxime ad iudeos*" (Sobre o hábito dos católicos para com os não-cristãos e especialmente para com os judeus) foi apreciado de fatores positivos, não somente aos judeus, mas também aos muçulmanos e as outras partes da humanidade, fazendo com que a Igreja considerasse os pontos de vista e doutrinas de outros povos, que apesar de divergirem da Igreja, representam "o raio daquela verdade que ilumina cada pessoa que nasce neste mundo" (GRÜMME, 2013).

A votação francamente favorável do documento não foi suficiente para a sua aprovação na terceira fase final da terceira sessão conciliar. E então, mesmo sofrendo ameaças de forças "regressistas", uma nova versão do esquema, agora, intitulado, "*Declaratio de Ecclesiae habitudine ad religiones non-christianas*" (Declaração sobre a atitude da Igreja em relação às religiões não cristãs) é apresentada e debatida em outubro de 1965. Todas as passagens foram aprovadas por uma maioria significativa. O que se confirmou na décima votação, em que mais de 96% dos padres conciliares (2221, contra 88 votos negativos e 9 nulos) demonstraram sua concordância com o grupo de trabalho. E no dia 28 de outubro, São Paulo VI, promulgou a *Declaratio de Ecclesiae habitudine ad religiones Non-Christianas Nostra Aetate* (Declaração sobre a atitude da Igreja em relação às religiões não-cristãs Nostra Aetate) (GRÜMME, 2013).

Aspectos teológico-pastorais

Considerando o contexto histórico e teológico que culminou com a promulgação da Declaração Nostra Aetate, podemos inferir, observando em alguns números que aquilo que fora discutido durante o processo conciliar evidencia-se como dimensão eclesiológica enquanto compreende-se a construção do diálogo como “espírito conciliar” e que perpassa toda a declaração. Segundo o cientista da religião, Frank Usarski, com a Declaração “Nostra Aetate”

ocorre uma transição do pensamento teológico em relação às demais religiões não cristãs para chegar à superação da posição exclusivista formada no século III como respostas a ameaças de desintegração da comunidade cristã primitiva pelo lema *extra ecclesiam nulla salus* (OLIVEIRA, 2018).

O apelo assumido pelo Concílio Vaticano II sob o termo *aggionamento* buscou superar o descompasso entre a Igreja Católica e o mundo moderno. Tal compromisso se refletiu, também, em uma mudança de postura, inicialmente em relação ao Judaísmo; logo, ela abraçaria outras religiões. Neste sentido, podemos observar na própria Declaração tal posição assumida pela Igreja em relação a sua atitude com as religiões não-cristãs: “Hoje o gênero humano se torna cada vez mais unido, e aumentam as relações entre os vários povos, a Igreja considera mais atentamente qual sua relação com religiões não-cristãs” (SÃO PAULO VI, 1965).

Outra afirmação importante diz respeito à fundamentação antropológico-teológica que subjaz sobre a pessoa humana a partir de sua característica dual de relações enquanto pessoa e vive em comunidade na sociedade: “Com efeito, os homens constituem todos uma só comunidade, todos têm a mesma origem, pois foi Deus quem os fez habitar em toda a terra o inteiro gênero humano; tem também todos um só fim último, Deus, que a todos estende a sua providência, seus testemunhos de bondade e seus desígnios de salvação até que os eleitos se reúnam na cidade santa, iluminada pela glória de Deus e onde todos os povos caminharão na sua luz” (SÃO PAULO VI, 1965).

Outra posição importante que é um desdobramento da afirmação de que todos os homens possuem a mesma origem e o mesmo fim último, e de que Deus estende a sua providência, seus desígnios de salvação, ou seja, Deus tem seus próprios caminhos para chamar o ser humano à comunhão com Ele que também pode ser compreendido a partir do entendimento que a Igreja considera verdadeiramente o que há de bom e justo, verdadeiro em cada religião, pois nelas brilha “um raio da verdade que ilumina todos os homens” Ainda, em relação ao que seja o “caminhar na luz”, afirma: “Não podemos, porém, invocar Deus como Pai comum de todos, se nos recusamos a tratar como irmãos alguns homens, criados à sua imagem. De tal maneira estão ligadas a relação do homem a Deus Pai e a sua relação aos outros homens seus irmãos, que a Escritura afirma: “quem não ama, não conhece a Deus” (1 Jo 4, 8). Carece, portanto, de fundamento toda a teoria ou modo de proceder que introduza entre homem e homem ou entre povo e povo qualquer discriminação quanto à dignidade humana e aos direitos que dela derivam” (SÃO PAULO VI, 1965).

Após uma conscientização acerca da dignidade humana e conseqüentemente do direito humano fundamental da liberdade religiosa, neste exercício de aproximação à modernidade por

meio do *aggionamento* propõe o que deve ser a “espiritualidade cristã” diante do “pluralismo religioso”, isto é, a missão da Igreja é anunciar Cristo “Caminho, Verdade e Vida”, por isso, com prudência e caridade, pelo diálogo e colaboração, dando testemunho de fé e vida cristã, reconheçam, conservem e promovam os bens espirituais e morais e os valores socioculturais que entre eles se encontram: “A Igreja reprová, por isso, como contrária ao espírito de Cristo, toda e qualquer discriminação ou violência praticada por motivos de raça ou cor, condição ou religião. Consequentemente, o sagrado Concílio, segundo os exemplos dos santos Apóstolos Pedro e Paulo, pede ardentemente aos cristãos “que observando uma boa conduta no meio dos homens” (1 Ped 2,12) se possível, tenham paz com todos os homens, quanto deles depende, de modo que sejam na verdade filhos do Pai que está céus (SÃO PAULO VI, 1965).

Aspectos práticos de ações inter-religiosas

Reconhecemos que seria necessário um estudo mais amplo e aprofundado dos documentos do Magistério e das perspectivas teológicas que temos utilizado como “teoria” para articular a “prática” que tem levado às “ações inter-religiosas”, sobretudo, em relação aos documentos da Conferência Episcopal Latino-americana e do Caribe e a própria teologia latino-americana. Entretanto, é possível fazer algumas considerações acerca de algumas “ideias-chaves” e relacioná-las com as atividades desenvolvidas a partir da Declaração “Nostra Aetate”.

Primeiramente, elaboramos um esquema a partir de três “ideias-chaves”, assim, consideradas por nós, a saber: a) conhecer o universo religioso do outro; b) rezar ou orar juntos e c) trabalhar em prol do bem comum. E também assumimos como perspectiva de “espiritualidade cristã” o que afirma a própria Declaração: “(...) contrária ao espírito de Cristo, toda e qualquer discriminação ou violência praticada por motivos de raça ou cor, condição ou religião” (SÃO PAULO VI, 1965).

Assim, as iniciativas foram surgindo a partir de um discernimento que fazíamos constantemente a partir da perspectiva apontada pela própria Declaração, a saber: “Não se pode invocar a Deus como Pai se recusamos a tratar algumas pessoas como irmãos” (SÃO PAULO VI, 1965). A partir desta “reflexão” começamos articular as “ações”. E assim, além do Dia Nacional de Ação de Graças (celebração inter-religiosa) que já ocorria em Bragança Paulista, iniciamos outras atividades, isto no ano de 2017, pois iniciamos na assessoria no ano de 2016.

Em 2017, a comissão para o Ecumenismo e Diálogo inter-religioso da Diocese de Bragança Paulista participa da lavagem das escadarias da Igreja Bom Jesus da Paradinha. A

partir deste ano, as lideranças de religião matriz africana e islâmica de Franco da Rocha iniciam sua participação junto ao grupo inter-religioso de Bragança Paulista. A presença das lideranças inter-religiosas não só na organização dos eventos, mas na configuração de um grupo que articula iniciativas fizeram com que a convivência entre os líderes aumentasse.

Além das atividades previstas, o “Dia Nacional” e a “Lavagem da Paradinha”, iniciamos a participação em universidades e escolas com “mesas inter-religiosas”. Ainda são realizados fóruns inter-religiosos e através deles foram conseguidas algumas conquistas. O grupo inter-religioso se reúne frequentemente, e cada vez a reunião é na comunidade de um dos líderes. Costumamos afirmar que temos como linha de ação: Educação. Diante da realidade de polarização, onde infelizmente assistimos há uma instrumentalização da religião pela política, cujos efeitos se fazem sentir nas religiões, o grupo inter-religioso compreende que o modo de fazer política, aqui entendido, como promover o bem comum, é através de uma cultura de paz, e que o modo de realizá-la é através da conscientização nas universidades e escolas.

Na perspectiva de uma educação para uma cultura de paz, o grupo amadureceu no entendimento que não podemos querer uma cultura de paz se ainda há entre nós grupos religiosos que sofrem intolerância religiosa, sofrem racismo religioso. Temos aprofundado melhor o significado do que seja trabalhar por uma cultura de paz enquanto compromisso de justiça social enquanto postura anti-racista.

O grupo inter-religioso de Bragança Paulista atua independente da Diocese, entretanto, a Comissão Diocesana para o Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso procura além de se envolver na realização das atividades que envolvem o grupo inter-religioso, promover iniciativas para a comunidade católica onde procura através de formações contínuas proporcionar uma formação para uma cultura do diálogo e do encontro a partir de iniciativas como o curso “Janela para a Unidade”, “Semana de Oração pela Unidade Cristã” e “Tempo da Criação”.

Conclusão

Só quem ama conhece a Deus e quem diz que ama a Deus mas odeia seu irmão é mentiroso e a verdade não está com ele, ensina São João na sua primeira carta (Cf. 1Jo 4,20-21). É esta a mensagem que esperamos ter conseguido passar a vocês. E, se posso acrescentar algo mais, eu lembraria do saudoso Papa Francisco, dizendo que Deus não olha com os olhos, mas com os olhos do coração, e olha a cada um do mesmo jeito, com o mesmo amor.

Só com uma espiritualidade sensível-libertadora poderemos ser capazes de olhar a cada um com os olhos do coração e buscando compreender a sua dor não ser indiferente a sua dor, e no caso, dos nossos povos originários do Brasil, não ser indiferente à opressão histórica que experimentam. A libertação precisa ser compreendida como atitude histórica a ser realizada por nós enquanto amamos a Deus e ao próximo e compreendemos que na perspectiva do Reino tal atitude se demonstra como prática da justiça como revelou o próprio Jesus. Que possamos compreender o chamado profundo que nos faz o Pai para que entre nós vivamos a fraternidade, e caminhemos juntos, cuidando da Casa Comum, enquanto não chega o dia do encontro definitivo, a plenitude, onde Deus será tudo em todos.

Referências bibliográficas

BOARETO, José A. **A construção de uma proposta de espiritualidade sensível-libertadora a partir de José Tolentino Mendonça e Gustavo Gutiérrez**. In: Revista Teolítica, v. 14, n. 32. p. 196-237. São Paulo. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/teoliteraria/article/view/67002/46506>. Acesso em: 10 set. 2025.

FRANCISCO, Papa. **Encíclica Social Fratelli Tutti**. Sobre a fraternidade e a amizade social. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html. Acesso em: 10 set. 2025.

GRÜMME, Bernhard. **Ainda não realizada: Nostra Aetate e suas perspectivas para uma visão cristã do Judaísmo**. In: Revista Teocomunicação. v. 43. n. 1. jan/jun 2013. p. 26-53. Porto Alegre. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/teo/article/view/14186/9422>. Acesso em: 10 set. 2025.

OLIVEIRA, Antonio Genivaldo C. **A construção do diálogo. O Concílio Vaticano II e as religiões**. REVER, v. 18. n.3. set/dez 2018. p. 263-265. São Paulo. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/40768/27425>. Acesso em: 10 set. 2025.

SÃO PAULO VI. **Declaração Nostra Aetate**. Sobre a Igreja e as religiões não-cristãs. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651028_nostra-aetate_po.html. Acesso em: 10 set. 2025.